

POLITICIDADE DA EDUCAÇÃO: PROPOSIÇÕES FREIREANAS

Alexandre José dos Santos¹ <https://orcid.org/0009-0002-3844-6887>
Cláudia Celeste Lima Costa Menezes² <https://orcid.org/0000-0002-9562-8663>

¹ Secretaria de Educação do Estado da Bahia – Ilhéus, Bahia, Brasil; stosale1@gmail.com

² Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus, Bahia, Brasil; cclcmenezes@uesc.br

O livro *Política e Educação* de autoria do educador Paulo Freire, é fruto de apresentações e discussões em seminários realizados no Brasil e no exterior e de textos escritos em 1992. Há, nos textos produzidos para a composição desta obra, a uma predominância de uma reflexão política e pedagógica, que possibilita uma relação de equilíbrio entre eles. São muitas as temáticas abordadas por Freire, dentre elas destacamos: cidades educativas, reflexões sobre a Universidade Católica, educação de adultos, educação popular, alfabetização, participação comunitária nos processos educativos, qualidade e responsabilidade na educação, unidade na diversidade, direito de crítica, entre outras.

A obra é composta, inicialmente, pelo *prefácio* e *primeiras palavras* além de onze capítulos com temas direcionados para educação, alfabetização, escola pública e popular, entre outros. O prefácio foi escrito por Venício Lima, sociólogo e jornalista, autor do livro “Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire”, publicado pela Editora Fundação Perceus Abramo, em 2021. Venício situa os leitores, utilizando-se de colocações de Freire, destacando que eles não terão problemas em reconhecer as discussões freireanas. Fala também sobre o intelectual Paulo Freire e seu momento atual: maduro, reconhecido e realizado com sua prática docente tendo lecionado nas principais universidades brasileiras e seus livros traduzidos nos idiomas modernos.

Outro fato narrado é o exílio, a experiência de realidades radicalmente distintas e a confirmação de suas vivências de nordestino brasileiro. Além disso, volta ao Brasil, funda o Partido dos Trabalhadores e torna-se Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo. O livro também conta com um capítulo intitulado *Primeiras palavras*, no qual Freire propõe uma conversa direta com seus leitores. Também relata como se encontra naquele momento, em paz, com suas concepções políticas e pedagógicas bem estruturadas, mas nunca completo de si e do conhecimento. Freire relata que há muito tempo deixou as verdades absolutas e o que predomina nele, naquele momento, é uma natureza em processo permanente de

transformação. Aborda sobre as lutas políticas e afirma que são necessárias, sem as mesmas a minoria que domina acaba seguindo com seu papel de parcela impiedosa da sociedade que oprime e segrega.

Ainda, em suas primeiras palavras, Paulo Freire traz questões sobre as nossas experiências e implicações sobre a mesma. Aborda que as experiências implicam em decisões, rupturas, opções, riscos etc.; e que se manifestam nas afirmações, na autoridade do educador, na anulação da liberdade do educando ou mesmo na afirmação de ambos, respeitando-se em suas diferenças. Freire aborda temas como democracia, autoritarismo, responsabilidade dos sujeitos envolvidos nas relações educativas e sociais, discutindo essas questões por meio das reflexões política e pedagógica. Paulo Freire direciona suas ideias ao final de suas *primeiras palavras* para a afirmação de que a educação é instrumento fundamental para a transformação do mundo e elemento decisivo para as modificações sociais, principalmente, por meio da luta política.

No primeiro capítulo, intitulado *Educação permanente e as cidades educativas*, Freire discute a educação como processo permanente, a vida nas cidades, suas múltiplas atividades e diferentes contextos educativos. Neste ambiente complexo não poderia deixar de ser também um mundo de relações políticas, de posições pedagógicas e de variadas inteligências.

Freire também destaca a questão referente à cidade e suas memórias, seus monumentos e a forma com a qual a sociedade se apropria deles e dos discursos que representam. Em meio aos contextos diversos, Freire entende que a cidade em sua diversidade não deve afastar os sujeitos e, sim, aproximá-los. Portanto, a cidade é lugar de diálogos e reflete princípios políticos e pedagógicos que levam a reflexões acerca da justiça, da luta por menos desigualdades, da discriminação de raça, sexo, classe etc.

O segundo capítulo tem como título *Educação de adultos hoje. Algumas reflexões*. Freire começa falando do amadurecimento da educação de adultos na América Latina, de forma especial no Brasil. Discute que essa educação é mais bem compreendida e aceita quando articulada com a Educação Popular. Comenta, ainda, como o conceito de Educação de Adultos vai se movendo e se aproximando da educação popular.

Freire relata a necessidade dos educadores e educadoras perceberem o cotidiano do meio popular, a importância de os conteúdos fazerem parte da realidade do público jovem e adultos possibilitando uma educação mais contextualizada, conectada e abrangente. Outro ponto importante abordado pelo autor é a importância de se perceber a educação popular como processo de militância, como mecanismo de mobilização. Defende a valorização docente quando apresenta como indispensável a presença do professor para desenvolver no

educando o senso crítico, amplificando sua leitura de mundo e diminuindo sua neutralidade diante dos fatos. Freire finaliza este artigo propondo uma reflexão por uma sociedade mais justa, menos autoritária e mais humanizada.

Anotações sobre unidade na diversidade é o título do terceiro capítulo da obra. Neste, Freire inicia sua discussão apresentando duas constatações óbvias acerca de diferenças culturais e ideológicas. O autor traz questões sobre cultura, discriminação, ideologia, resistência, luta e seus efeitos. Também reflete sobre a superação das ideologias discriminatórias, da Utopia e da necessidade de se ver, em meio a uma unidade, a existência de uma diversidade. Apresenta, ainda, uma forte discussão sobre a necessidade da compreensão crítica da História como pré-requisito para transformação social e a importância de educadores e educadoras nesse processo. Nesse cenário, Freire promove a reflexão acerca de um mundo mais justo e mais humano (re)construído por sujeitos críticos, sensíveis e atuantes.

O quarto capítulo da obra freireana *Educação e qualidade*, propõe uma inter-relação dos temas apresentados no título. Sugere novamente a reflexão crítica no que se refere a educação, sua qualidade e seu processo político e pedagógico. Freire defende que não existe uma prática educativa neutra e por meio de tal reflexão retoma, em contextos mais amplos, pontos como educação, qualidade da educação, valorização docente e suas relações no processo de transformação social. Enfatiza que o docente não pode ser incoerente ao seu discurso libertador. É preciso educar não só pelos conteúdos mediados em sala de aula, mas também pelo exemplo, promovendo uma educação de qualidade e representativa das camadas sociais.

O quinto capítulo intitulado *Alfabetização como elemento de formação da cidadania*, Freire defende que a alfabetização não é apenas um mecanismo de codificação e decodificação do sistema gráfico, vai muito além, visto que contribui para a formação cidadã. Dessa forma, o/a educando/a, ao iniciar seu processo de alfabetização não só consegue identificar as representações linguísticas, o/a mesmo/a se torna parte do mundo a sua volta, da cultura ao qual faz parte, que até então não conhecia. Daí, é possível entender a visão de Freire sobre a importância de ler, de estar alfabetizado, pois a partir do momento que o/a aluno/a conhece suas capacidades poderá se entender enquanto sujeito capaz de opinar, criticar e participar das relações sociais de forma consciente. Mas tudo isso só acontece a partir do contato com a educação. E ainda, no caso específico da alfabetização de jovens, adultos e idosos, o ensino para que tenha um papel significativo na vida dos adultos deve estar ligado ao seu contexto social.

O sexto capítulo está nomeado *por Do direito de criticar – do dever de não mentir, ao criticar*, discute a crítica como elemento essencial de aprendizagem nas trocas sociais. Freire trata da impossibilidade de fazer parte de uma sociedade, de vivenciar a mesma, de “beber dessa fonte” inesgotável de saberes e práticas e não ser criticado. Fala do reconhecimento da crítica e também da capacidade de agradar a todos. O autor alerta que por meio da crítica tem-se um posicionamento social e, concomitante a este, um comportamento ético. Tudo passa por pelo processo educativo, pela compreensão dos direitos e deveres de uma sociedade. É fundamental não mentir no exercício da linguagem, nas relações sociais e muito menos a nós mesmos. É necessário investigar e reconhecer o objeto a ser criticado antes de emitir parecer. Freire finaliza o seu texto afirmando que todos têm o direito de criticar, mas também o dever de não mentir.

A discussão apresentada no sétimo capítulo *Educação e participação comunitária*, é sobre o tempo da educação numa perspectiva progressista, convida-nos para uma reflexão sobre o que realmente entendemos sobre a prática educativa. Ao longo desse capítulo, Paulo Freire leva-nos a refletir sobre a prática educativa e suas dimensões: produtiva, cultural, religiosa, entre outras; apoia a liberdade e crítica ao autoritarismo; aponta para o direcionamento dos processos educativos e reflete sobre o fato de não ser permitido ao docente a neutralidade devido à sua ação/participação política na sociedade. Coloca o professor em uma função imperativa no papel de responsável por desbravar o conhecimento por meio da educação. Faz ponderações sobre o Estado e suas obrigações no que se refere a questões educacionais e a terceirização desse serviço, além da baixa qualidade ofertada. O capítulo aborda temas que levam o leitor a refletir sobre educação e os modelos que são ofertados em nossa sociedade, permitindo um amadurecimento tanto do sujeito como da sociedade, tornando-os mais conscientes e críticos da realidade.

Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos, esse é o título do oitavo capítulo da obra freireana. Aqui, o próprio título é sugestivo e já provoca um olhar diferenciado, desafiador. O autor declara que todos seguimos a caminhada construindo as práticas sociais. Freire, de forma brilhante, amplia as relações de ensino e de aprendizagem e denuncia que ao longo da nossa formação só lembramos do profissionalismo quando nos referimos ao meio acadêmico e não recordamos de toda a gama de conhecimentos que são adquiridos nas nossas experiências políticas, sociais, afetivas etc. Relata que não nascemos professor, construímo-nos professor ao longo da nossa história, no decorrer da infância, da adolescência, nas experiências da juventude, na formação acadêmica e na prática docente. Paulo Freire chega ao final deste capítulo afirmando que uma condição indispensável para que

o intelectual não viva a inércia é a consciência de que é um ser participativo socialmente a todo momento. Desta forma, não lhe é permitido corroborar com as injustiças sociais. É por meio da educação que a sociedade se torna mais justa e mais humana.

O novo capítulo tem como título *Educação e responsabilidade*. Freire inicia falando sobre responsabilidade em meio a prática profissional, independente da profissão que o cidadão/ã exerça. Numa perspectiva política, traz novamente a discussão sobre os direitos de uma remuneração coerente, do reconhecimento dos direitos assegurados por lei, e principalmente, da dignidade humana. Freire também lamenta que esses direitos sejam violados e que predomine a irresponsabilidade quando se refere à gestão dos governantes. Discursa, ainda, sobre a dicotomia entre educação para a libertação e educação para a responsabilidade.

Outro ponto importante abordado por Freire diz respeito aos docentes que em determinados momentos se comportam de forma autoritária e progressista. Reflete que quando um educador progressista atua de forma irresponsável o problema não é a prática em si, mas o comportamento escolhido pela pessoa que conduz a prática. Há novamente uma abordagem sobre a ética e a prática da mesma. Dessa forma, Paulo Freire faz-nos refletir acerca das questões políticas e educacionais, da condição humana e da nossa natureza inconclusa.

Escola pública e educação popular é o décimo capítulo da obra freireana. Freire inicia argumentando que não há separação ou mesmo isolamento entre os temas propostos no título e, sim, uma inter-relação entre eles. Ao longo do texto explica que não há uma prática que fique destituída de questões ideológicas, políticas, econômicas e culturais. Aborda sobre a necessidade de todos terem esperança e que os direitos não podem ser minimizados por questões financeiras ou *status* sociais. A minoria dominante não pode posicionar-se privilegiada diante de uma maioria explorada.

Para finalizar seu texto, Freire denuncia uma educação que se preocupa, apenas, com a simples transmissão de conteúdo de um conhecimento básico para as classes populares fortalecendo, desta forma, uma condição ainda mais inferior de sobrevivência. O autor traz à tona um fato inadmissível que fere a dignidade humana, colocar o seu semelhante numa situação de adestramento.

O décimo primeiro capítulo recebe o título de *Universidade católica – Reflexões em torno de suas tarefas*. O texto faz uma reflexão sobre as questões contraditórias entre mundanidade e transcendentalidade e as relações conflitantes entre ambos. Freire, de forma provocadora, traz Deus e a sua participação no processo histórico, uma presença que não

imobiliza, que não inutiliza a figura humana, mas sim, permite a liberdade, as possibilidades para que o homem se construa em suas variadas narrativas. Freire também problematiza sobre a pesquisa, o ensino e a extensão. Segundo o autor, um pensamento pedagógico e político não pode ser neutro. É imprescindível saber com quem, sobre quem e para quem se faz pesquisa. Estas são questões relevantes para que o conhecimento tenha significado, seja verdadeiro e coerente. Freire afirma que a ética não pode estar dissociada da formação e nem da prática científica e encerra declarando que independente da universidade, da instituição, a paixão e a curiosidade devem ser eixos norteadores para conduzir qualquer ser humano ao conhecimento destituído de hierarquias e preconceitos.

Concluindo, o livro “Política e Educação” apresenta uma discussão sólida e necessária no cenário da sociedade atual. A discussão acerca da educação como um ato político e pedagógico, capaz de promover a transformação social, mobiliza-nos para a conscientização política, para a luta e para a (re)existência. Através do ato educativo somos capazes de (re)criar, libertar e transformar. As reflexões que esta obra provoca nos educadores são extremamente significativas para o processo de mudanças na educação. Paulo Freire, mais uma vez, anuncia que é necessário esperar. É possível uma sociedade justa, igualitária e humanizada.

Referência

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alexandre José dos Santos: Graduado em Letras Vernáculas. Pós-graduado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Professor da rede Estadual de Ensino da Bahia. Integrante do Programa Coletivo Paulo Freire.

<https://orcid.org/0009-0002-3844-6887>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8023959110803599>

Cláudia Celeste Lima Costa Menezes: Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Infantil/UESC. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil - GEPEI/UESC. Integrante do Programa Coletivo Paulo Freire/UESC.

<https://orcid.org/0000-0002-9562-8663>. <http://lattes.cnpq.br/7918340652229459>

POLITICIDADE DA EDUCAÇÃO: PROPOSIÇÕES FREIREANAS

Alexandre José dos Santos • Cláudia Celeste Lima Costa Menezes

Como citar

SANTOS, Alexandre José; MENEZES, Cláudia Celeste Lima Costa. Politicidade da Educação: proposições freireanas. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 04, n. 11, p. 1-7, jan./dez, 2023.

